



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

**Pregão Eletrônico nº 01/2024**

**Processo Administrativo nº 4152/2023**

**Recorrente: SAOC CONSULTORIA EM SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHO LTDA – CNPJ Nº 34.653.781/0001-35**

**Recorrida: EVOLUE SERVICOS LTDA– CNPJ Nº 26.699.784/0001-81**

**Objeto do Recurso: Grupo único**

Encaminho a presente decisão para apreciação da autoridade superior deste Conselho Regional para análise e julgamento do recurso interposto pela licitante:

SAOC CONSULTORIA EM SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHO LTDA, doravante denominada **Recorrente**, contra os atos do Pregoeiro de aceitação e habilitação para o Grupo único, da licitante EVOLUE SERVICOS LTDA, ora Denominada **Recorrida**.

#### 1. Dos pressupostos recursais e da tempestividade

Após habilitação da empresa vencedora, ocorrida em 04/03/2024, relativa ao pregão eletrônico nº 01/2024, aberto em 26/02/2024, iniciou-se o prazo para manifestação de intenção de recurso.

A Recorrente manifestou interesse em recorrer, e os pressupostos legais de admissibilidade, quais sejam: tempestividade, legitimidade e motivação, foram atendidos.

Foram apresentadas tempestivamente, via sistema Compras.gov (“Comprasnet”), as razões e contrarrazões de recurso.

#### 2. Da razão de recurso

Em síntese, alega a Recorrente em suas razões de recurso que:

1. possui toda a capacidade técnica para a correta execução do objeto, então discorda de sua desclassificação pois afirma que o Edital não estipula “de que os colaboradores vinculados à Recorrente precisam obrigatoriamente serem empregados, ou seja, que os colaboradores obrigatoriamente devem ser seus empregados”;
2. o edital fixa as regras a serem observadas e não há vedação expressa à subcontratação;

Diante dos pontos apresentados, a recorrente solicita que seja revogada a inabilitação.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 3. Da contrarrazão de recurso

A empresa Recorrida anexou contrarrazão ao recurso, porém os pontos levantados falam sobre os demais recursos que foram apresentados, não trazendo nenhum ponto em específico quanto a este.

### 4. Da análise do pregoeiro

Em suma, a empresa questiona sua desclassificação pois não entende que a proibição utilizada em nossa justificativa não encontra respaldo no Edital, o qual não veda expressamente a subcontratação e não define a forma de comprovação de vínculo entre os responsáveis técnicos e a empresa.

Importante pontuar a documentação apresentada pela licitante quanto ao vínculo com os responsáveis técnicos. Foi apresentado pela empresa dois contratos de prestação de serviços, um com a empresa PSICOCARE CENTRO DE PSICOLOGIA CLINICO-HOSPITALAR LTDA e LTV ENGENHARIA MECANICA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

Inicialmente já é possível perceber que o vínculo não é entre os profissionais e a licitante, e sim entre empresas, independente de quem sejam os sócios.

Conforme nos ensina o Tribunal de Contas da União no artigo SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (Revista do Tribunal de Contas da União, nº 76, Leon Frejda Szklarowsky), subcontratação é “o cometimento a terceiros de partes da execução do objeto do contrato.”

Ora, uma vez que há o vínculo contratual entre as empresas acima com a recorrente, não resta dúvidas que se refere à uma subcontratação, pois independente de que os responsáveis técnicos citados serão os que executarão o contrato, eles representam a empresa que está sendo contratada pelo licitante. Um outro indício que subsidia é que o licitante não possui cadastro no CREA.

Quanto à falta de previsão de proibição de subcontratação, concordamos com o recorrente que o princípio da vinculação ao Edital rege a licitação junto com outros tantos princípios que devem ser observados. O que discordamos é que há sim a definição do que poderia ser subcontratado e do que não poderia.

No item 4.11.1 do Anexo I está definido o que poderia ser subcontratado:

*“4.11.1. A subcontratação fica limitada apenas à parcela dos serviços previstos no item 1 do objeto, específica e exclusivamente quanto à realização de exames médicos e laboratoriais ocupacionais, que poderão ser realizados por clínicas próprias da contratada ou por clínicas e/ou por médicos credenciados junto à contratada e devidamente qualificados tecnicamente na forma deste instrumento, nos Municípios onde se situam as unidades do Coren-SP, sendo de responsabilidade integral e exclusiva da contratada a centralização da administração e cobrança dos exames e consultas, incluindo a coleta, organização e guarda dos respectivos documentos comprobatórios.”*

Ou seja, apenas a parte dos exames médicos e laboratoriais poderia ser subcontratada, nada mais. A subcontratação não é a regra, e toda os seus detalhes estão no Edital e seus anexos, então se está detalhado que é esta parte que pode ser subcontratada, logicamente as demais não poderão. Inclusive o item 4.11 do mesmo deixa isso claro:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

*“4.11. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste nos serviços previstos nos itens 2 a 6 do objeto.”*

A comprovação de vínculo profissional aceita diversas comprovações, e o Edital não foi ilegal ou restritivo neste ponto, a empresa possuía sua liberalidade para que tal vínculo fosse demonstrado, mas fica claro que este vínculo não é entre a empresa e o responsável, e sim entre empresas. E reforçamos ainda que o fato desta não possuir registro no CREA demonstra de forma mais firme tal subcontratação.

Além disso, o licitante afirma que não consta a vedação do edital (*“A partir dessas premissas, entendo que é descabida a desclassificação da nossa empresa por suposta violação ao item “4” da minuta do contrato, uma vez que tal vedação não consta no edital.”*). Ora, o trecho encontra-se no Termo de Referência, como citado acima, então tal alegação não tem como prosperar.

### 5. Da decisão do Pregoeiro

Isto posto, considerando as análises supra, as considerações da área técnica durante o julgamento das propostas, DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA do recurso apresentado pela empresa licitante SAOC CONSULTORIA EM SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHO LTDA conforme a legislação aplicável, o Edital de Licitação e suas normas, mantendo-se a decisão do Pregoeiro quanto a habilitação da licitante EVOLUE SERVICOS LTDA para o Grupo único.

### 6. Do Encaminhamento

Remeto os autos à Autoridade Superior do Coren-SP, a qual caberá o definitivo Pronunciamento, podendo MANTER a decisão deste Pregoeiro ou REFORMÁ-LA, competindo-lhe a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do presente certame.

São Paulo, 13/03/2024

Vinícius Pereira Souza

Pregoeiro